

espanto das populações que descobriam nos portugueses ainda desconhecidos um “outro” ser do outro lado dos seus mundos.

Os Descobrimentos implicaram uma profunda adaptabilidade cultural de ambos os lados, uma interculturalidade de longo curso histórico, e com isso a emergência de “diferentes modelos de Expansão”. O contacto dos portugueses com outras culturas permitiu igualmente à escala global (a da altura), a troca de produtos e de conhecimentos únicos para a época, que possibilitaram a revolução no pensamento, nas ciências, na economia, na política e na religião. Nesta perspectiva, os portugueses foram os “Primeiros agentes de interculturalidade” e os primeiros nos quais o fenómeno dos “renegados” (que abandonavam de vez o seu país) assumiu um papel igualmente importante como agentes de intercultura.

Mas mais os portugueses deram em religião do que receberam. E deram-na com a Missionação ao mesmo tempo que realização o enorme “esforço de aculturação”, como no caso do Reino do Congo e consequente transferência de padrões de conduta e de valores cristãos para o território. A mestiçagem, resultado deste fenómeno, sentiu-se por todas as terras da Expansão, e não sendo apenas a língua portuguesa a integrar-se nas línguas vernaculares (*pídgin*s e crioulos), foi

igualmente a nova música que surgia como resultado da síntese: as *mornas* de Cabo Verde e os *addav* de Goa; mas igualmente as novas famílias (*casados*) que se fizeram.

Em retorno da Expansão, o Reino de Portugal teve igualmente escravos, como qualquer outro país, da Europa, da África ou da Ásia. Mas aqui, no *Reino*, “Longe de qualquer preconceito de cor, os trabalhadores da Ribeira, brancos livres e escravos negros, tinham o hábito de se sentarem todos juntos à mesma mesa para comerem”.

Finalmente, e como resultado da interculturalidade proporcionada pela Globalização dos Descobrimentos, a arte europeia, e primeiro a portuguesa, integraram elementos novos à sua estética visual. Da Pérsia, da Índia e da Ásia extrema a pintura e a escultura, como os tecidos e os tapetes, passaram a fazer parte do espaço cultural português e depois europeu. Por outro lado, Os artesãos africanos aceitaram os motivos da cristandade e da própria Ordem de Cristo, para decorarem a sua arte. Desta Globalização dos Descobrimentos nasceu uma “nova arte cristã”, uma nova forma de pensar e de representar o outro, de ver o mundo e de o partilhar, baseado na “capacidade lusa de criar entrepostos comerciais” do Brasil a Macau.

*José Carlos Calazans*

- 
- *A INFLUÊNCIA DE JOAQUIM DE FLORA EM PORTUGAL E NA EUROPA*  
– escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo

*José Eduardo Franco*

*José Augusto Mourão*

Editora: Roma Editora (ISBN 9789728490676)  
Lisboa, 2005 – 266 pp.

---

O presente volume da autoria de José Eduardo Franco e José Augusto Mourão passa a ser uma obra de referência sobre a influência do abade calabrês nas utopias milenaristas surgidas no mundo ocidental após a divulgação dos seus escritos e sob a influência do seu pensamento.

Neste espaço não vale a pena falar do conteúdo desta obra, excepcional sobre todos os pontos de vista, porque a lin-

guagem clara, límpida, informada e imparcial dos seus autores, tornam um estudo académico num exercício de leitura agradável e, como deviam ser todas as obras no domínio da investigação, de apreensão natural a todos aqueles que não se relacionam directamente com esta temática. Estamos, pois, perante um caso raro de seriedade intelectual que tão bem sabe aliar o rigor da investigação com a facilidade da divulgação.

A apresentação académica desta obra já se encontra feita por Luís Machado de Abreu no Prefácio que assinou. Da minha parte, porque não possuo a erudição dos autores nem o saber de quem lhe fez o Prefácio, preferirei, se todos eles não se importarem, valorizar as ligações da cultura portuguesa com o pensamento de Joaquim de Flora e por em evidência a importância dos textos de Natália Correia que ao serem aqui publicados, vêm enriquecer de forma extraordinária a cultura portuguesa, precisamente no ano em que entre nós o romance de Dan Brown, *O código Da Vinci* teve um estrondoso sucesso explorando, entre outros assuntos e por outras vias, a idade feminina do Espírito Santo. Por tudo isto é extremamente importante que estudos como este divulguem a linhagem portuguesa em torno da Idade do Espírito Santo, para mostrar ao mundo que sempre soubemos ser percussores e se a cultura portuguesa não é suficientemente conhecida, os primeiros culpados somos nós, porque, por um lado não a divulgamos, tal como revelam estes textos que agora foram impressos e por outro lado, face aos poucos trabalhos que nesta área vão surgindo, quase sempre nos limitamos a denegri-los na razão inversa em que evidenciamos desmesuradamente o pouco que sobre a nossa cultura têm feito alguns estudiosos de outras latitudes. Lembremos a propósito desta temática os trabalhos que entre nós vão circulando com

o selo da autoridade assinados por Gilbert Durand, Jean Delumeau, Georges Gusdorf, entre outros.

Como é óbvio, a nossa eterna capacidade, por inveja e maledicência, de denegrir e desprezar o que entre nós vamos produzindo, mesmo quando essa criação se apresenta de forma original, leva a que a divulgação da nossa cultura se resinta, acarretando, naturalmente, a sua subalternização relativamente a outras culturas e a outras maneiras de ver, tal como fica bem demonstrado pela pena dos autores deste ensaio, relativamente aos modos de entender o Evangelho Eterno.

Perante os fatalismos associados aos milenarismos e perante o mau juízo que muitos estudiosos vêm fazendo da herança de Joaquim de Flora, é de realçar que Dante, considerou o frade calabrés como uma das figuras maiores da humanidade, tendo-o colocado no *Paraíso*. Tal facto vem reforçar a tese que defendo que o que de mau houve em algumas correntes que reivindicam para si a herança joaquimista, resulta de um excesso interpretativo dos seus textos, indo muito além do espírito da letra em que foram vertidos. Aliás, a herança portuguesa do joaquimismo é uma herança de paz e de fraternidade, de amor e de bondade. Talvez como nenhum outro povo, os portugueses souberam aproveitar de forma positiva o verdadeiro sentido das propostas milenaristas de Flora, tal como os autores desta obra põem em evidência ao concluir que Flora professava um messianismo optimista e salvífico (cf. p. 17). Desta forma, se o messianismo do abade calabrés é optimista e alguma da sua posteridade está “marcada por um tom bem mais agónico e bem mais trágico”, então, a culpa não será sua, mas de todos aqueles que interpretam o pensamento do Mestre ante uma grelha subjectiva de significados impróprios, desvirtuando,

em nome de interesses individuais o legado que receberam, já que a sua interpretação da história bíblica é feita de forma simbólica e não literal (cf., p. 25).

Recorrendo a documentação avalizada, os autores, após constatarem que ao longo dos tempos a literatura profética serviu os mais diversos fins, expõem a ideia de que “o Joaquim que emana da literatura do joaquimismo é um Joaquim deformado”, pois a sua doutrina, como está provado, enquanto viveu nunca foi atacada, tendo mesmo sido elogiado pelos papas Lúcio III e Clemente III (cf., p. 32). Apenas um escrito da sua juventude que tinha a ver com a Trindade, terá sido oficialmente condenado pela Igreja. Como é evidenciado nesta obra, Joaquim de Flora sempre terá considerado que o profeta não é aquele que vê mas sim aquele que compreende (cf., p. 38).

A divisão trinitária do mundo é de facto uma criação do frade calabrês que recompõe desta forma a teoria das sete idades de Santo Agostinho, acolhida por S. Boaventura e repudiada por S. Tomás. Apesar de todas as polémicas, como lembram os autores, a doutrina profética das Três Idades é das mais interessantes e influentes na história da cultura ocidental (cf., p. 58). Por exemplo, um legado indesmentível e completamente inovador que nos chegou pelo pensamento de Joaquim de Flora foi a ideia de progresso histórico, a visão da história como palco de uma acção humana que é encarada como um processo que rumo à plenitude que há-de coincidir com a salvação (cf., pp. 76 ss.).

Após o legado de Joaquim de Flora o mundo deixou de ser interpretado da mesma maneira. Desde a evangelização da América que em certos aspectos reivindica uma matriz joaquimista, passando por várias interpretações no domínio da História, da Filosofia, da Literatura, ou mesmo da Música, até aos movimentos

mais próximos de nós ligados à emancipação da mulher, ao laicismo, à ideia de um paraíso terreal, aos novos movimentos evangélicos, aos movimentos da New Age... reclamam a herança do frade calabrês. Desta forma, a herança joaquimista mantém-se actual pois a discussão acerca das suas propostas de interpretação da história continuam a animar os debates intelectuais sobre o messianismo e a Idade do Espírito Santo.

Voltemos ainda à influência de Joaquim de Flora na cultura portuguesa que é evidente, embora desconhecida do grande e do pequeno público, do público curioso e do público informado. Lembremos os descobrimentos e a ideia de plenificação da história que alguns lhe associaram. Lembremos o impulso dado pelo rei D. Dinis e sua mulher D. Isabel, profundamente influenciada por Arnaldo de Vilanova, médico distinto e seguidor confesso do milenarismo joaquimista, à difusão das festas populares do Espírito Santo. Estes são os factos mais salientados por dois conceituados estudiosos do século XX no que respeita à história do Idade do Espírito Santo, Jaime Cortesão e António Quadros, que Agostinho da Silva, o mais conhecido divulgador deste ideário no século XX, em carta datada de 8.3.1993, considerou como seus mentores: “Devo dizer-vos, com toda a franqueza e sinceridade possíveis, que, ao contrário do que às vezes se julga, nunca pensei nada de completo, de coerente e de algum futuro, senão depois de ter reencontrado, por Jaime Cortesão e António Quadros, o chamado Culto Popular do Espírito Santo, ou Culto do Divino”.

Os principais fundadores da tradição milenar portuguesa são Fernão Lopes (séc. XIV-XV), João de Barros (1496-1570), D. João de Castro (1500-1548), Bandarra (?-c. 1546 ou 1566), Camões (1525-1580), padre António Vieira (1608-1697), Frei Sebastião de Paiva (séc. XVII) e alguns ou-

tros. Mas os autores do presente texto não se ficam por estas fontes e, enriquecendo a sua investigação e consequentemente a cultura portuguesa, recorrem a um estudo de Rui de Azevedo que fixa as festas em honra da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, nos primórdios do século XIII, em Benavente. No estudo citado, o referido historiador levanta a hipótese de que este culto possa ainda radicar em data anterior a esta na Confraria de Santa Maria de Sintra (cf., p. 104). Desta forma, teremos que recuar a herança do culto popular do Espírito Santo a tempos anteriores ao reinado de D. Dinis. O rei poeta teria assim aproveitado a influência dos frades espirituais ligados a D. Isabel, bem como a influência que sobre ela exercia Arnaldo de Villanova para tornar popular um culto já enraizado no nosso povo.

Os autores quiseram ainda relevar a herança laica do milenarismo joaquimista na cultura portuguesa em intelectuais com percursos tão diversos que vão desde Martins Pascoal até José Régio, passando por Amorim Viana, Antero do Quental, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra, Almeida Garret, António Nobre, Afonso Lopes Vieira, Teixeira de Pascoais, António Sardinha, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, Luís Almeida Braga, Francisco Cunha Leão, Gomes Leal e Álvaro Ribeiro.

Com os olhos postos no século XX mereceram aos autores atenção especial Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e, naturalmente, Natália Correia. É a partir de uma leitura privilegiada do padre António Vieira e de Fernando Pessoa, entre outros, que Agostinho da Silva, nos apresenta a recriação da utopia do Quinto Império, reino da criatividade livre, que assumidamente faz assentar na herança de Joaquim de Flora. Entre nós, Agostinho da Silva é sobretudo o maior e o mais persistente divulgador deste pensamento ao longo da segunda metade do século

XX. Joaquim de Flora, como os autores desta obra evidenciam, defendeu que “Os cristãos devem adoptar nos confrontos com os povos islâmicos o espírito de diálogo e da pregação pacífica” (cf., p. 42) e Agostinho da Silva passou a fazer a mesma interpretação do comércio e da colonização portuguesa e recuando no tempo, assentando o seu raciocínio no pensamento e na acção do mestre de Joaquim de Flora, Bernardo de Claraval que, ainda segundo Agostinho, ajudou a estabelecer o reino de Portugal, tentando sempre que se chegasse a “uma comum plataforma de convivência”, com o recurso à palavra e não à força. S. Bernardo considerava que o diálogo deveria ser a arma privilegiada para vencer os infiéis, ficando assim demonstrado que o ideal de paz foi sempre o ideal que Agostinho da Silva viu na tradição portuguesa que radicava na herança de Joaquim de Flora.

Por fim Natália Correia, portadora de um pensamento original e ignorado, que nos é dada a conhecer nesta nova faceta. O próprio Agostinho da Silva que tão bem se lembrava daqueles que entre nós contribuía para divulgar este culto, nunca mencionou nos seus escritos que até agora foram publicados, ou só o terá feito muito esporadicamente, o ideário de Natália Correia. Curiosamente, ainda recentemente em entrevista televisiva o jornalista e escritor Fernando Dacosta, que desde há muito defende serem Agostinho da Silva e Natália Correia duas das figuras maiores e mais originais da cultura portuguesa do século XX, lamentava o esquecimento a que a obra de Natália tem sido votada, reconhecendo contudo, que em vida, a própria autora contribuiu para essa depreciação com o comportamento excessivamente provocante que a caracterizava.

Os autores desta obra estão a contribuir para rectificar este estado de coisas por duas ordens de razões. Primeiro, porque

não se coibiram de expor as linhas essenciais do pensamento da autora, a saber, a tese de que o Espírito Santo é feminino e a consequente escolha e justificação da Rainha Santa Isabel como mulher arquétipo de Portugal (cf., p. 126). Consequentemente, segundo a tradição pacifista portuguesa, os autores do livro lembram que Natália Correia nos apresentou o Quinto Império como “harmonização das relações humanas pela afirmação dos valores tutelares associados ao universo feminino” (cf., p. 128), não se esquecendo, também, de por em evidência o politeísmo imanentista latente no pensamento da autora. Segundo, porque todo este ideário é retirado dos significativos mas desconhecidos textos da autora (suponho que esta tenha sido a primeira edição deste conjunto de doze textos) que

os investigadores, criteriosamente organizaram e publicaram em Apêndice ao referido estudo.

Convém concluir, em abono da verdade, que a cultura portuguesa está doravante mais rica pois pode contar com um texto avalizado que esclarece e aprofunda pormenores sobre algumas das raízes espirituais da nossa história e, em simultâneo dá à estampa pela primeira vez escritos importantes sobre essa temática de uma autora portuguesa do século vinte. Agora é tempo para os estudiosos interessados nestas matérias começarem a apreciar e estudar este legado que o trabalho profícuo de José Eduardo Franco e José Augusto Mourão nos puseram à disposição.

*Artur Manso*

• *FACES DO CATALICISMO  
NO BRASIL*

*Rogério Luiz Sousa / Clarícia Otto*  
(orgs.)

Editora: Ed. Insular (ISBN 9788574743790)  
Florinópolis, 2008 - 376 pp.

“A história é uma aventura de interrogação”

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

O catolicismo, na sua unidade e diversidade carismática, enquanto expressão fenomenológica de um sistema religioso, ao nível institucional, doutrinal, sociopolítico e cultural, é cada vez mais um objecto estimulante de estudo científico em vários planos.

O universo imenso do catolicismo e das suas metamorfoses históricas, ao expandir-se mundialmente à luz do seu matricial ideário universalista, fascina investigadores desde as áreas da História, passando pela Antropologia, Sociologia e pela Ciência Política até chegar ao cam-

po melindroso da Psicologia. Pela sua dimensão hegemónica e ambição totalizante em termos de presença no tecido antropológico-social, pela seu dinamismo militante, que procura atingir o Homem todo e todo o homem, pela sua implantação marcada pela conflitualidade e pela controvérsia, pelas suas expressões proféticas e utópicas, o catolicismo é, portanto, um magno e fascinante assunto de estudo.

No entanto, quando de catolicismo se trata em termos de pesquisa e análise científica temos que realizar um esforço prévio de exorcização de dois “demónios” que facilmente nos podem possuir: por um lado, o “demónio anticatolicismo”, tentando-nos no sentido da execração ou da crítica primária; e, por outro lado, o “demónio do filocatolicismo”, excitando-nos o desejo de exaltação e de encómio.

Com efeito, dada a afectação militante que o catolicismo implica, pela sua natureza de confissão religiosa e confissão religiosa cristã separada (e em concorrência com outras confissões cristãs e não cristãs)